

EDITORIAL

Num momento em que tanto se fala de reforma universitária é importante não esquecer questões de princípio. Reformar a universidade em base a quais princípios? Quais as concepções de educação e de sociedade que estão presentes nas discussões sobre a reforma? A quem interessa a reforma? Qual avaliação para qual universidade? E assim por diante, muitas são as questões fundamentais. Também não se pode deixar de considerar os contextos gerais das transformações na economia, na cultura, nas ciências, enfim, nas sociedades humanas de todas as partes do mundo globalizado. A globalização atual vem acarretando importantes transformações na vida de todas as pessoas. Obviamente a educação superior é um dos principais focos das transformações, dada sua importância para a atual fase da economia e das sociedades. As mais importantes transformações da educação superior têm a ver com as mudanças que a globalização vem produzindo nos planos locais e mundiais. E a grande questão que se coloca, em meio às tantas contradições, é se a educação (superior) é um bem público, social, portanto obrigação do Estado, tendo em vista um projeto de nação, ou, ao contrário, é um bem comercializável, produto de negócios, vendas e trocas, aberto ao mercado global e sem fronteiras, para benefício individual. Esta é a discussão central que aparece nos textos de **José Dias Sobrinho** e de **José Barata-Moura**, este reitor da Universidade de Lisboa. **Dias Sobrinho** discute os principais efeitos que a globalização produz sobre a educação superior e as dificuldades de se conciliar projetos nacionais com as exigências mercadológicas globais da educação transnacional. De modo especial, traça o panorama global da educação superior sem fronteiras, e discute as manifestações da internacionalização, da educação transnacional, do comércio de serviços educacionais, dos critérios supranacionais e das agências multilaterais, e traz a grande preocupação dos acadêmicos diante da possibilidade de que a educação superior venha a ser formalmente considerada um bem negociável a ser regulado pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS/OMC). **Barata-Moura** defende o princípio de que educação é um direito público e social. Critica a mercadorização da educação superior, prática cada vez mais alargada da globalização capitalista que converte a educação em mercadoria. Como antídotos a isso que considera um rebaixamento da humanidade, o autor propõe o cultivo livre e científico dos saberes e a cooperação. **Gladys Beatriz Barreyro** descreve o processo de construção do novo modelo de avaliação da educação superior brasileira, recentemente sancionado por lei. Segundo argumenta a autora, este novo processo implica uma superação do paradigma da avaliação de corte neoliberal, em vigência nos últimos anos. Para ela, a nova proposta, cujo centro é a avaliação institucional, respeita a história e antecedentes da avaliação das universidades no Brasil. A autora relata avanços,

recuos e pressões, durante o processo de discussão até a sanção da lei pelo presidente Lula. **Francisco de Assis Palharini** trata das condições em que emergiu, no âmbito do Comitê Assessor do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, a proposta intitulada “PAIUB 2000 – Avaliar para melhorar”. O autor se utiliza de relatórios do Comitê Assessor sobre os Encontros Regionais que antecederam a proposta e de anotações realizadas por ocasião das reuniões do Comitê. A título de conclusão, Palharini afirma que a proposta impediu que o Comitê Assessor avalizasse iniciativas de mudança absolutamente incongruentes com a proposta original, mas não de promover uma discussão mais ampla sobre a estrutura e metodologia do Programa. **Carlos W. Kolb e Maria Amélia S. Zainko** abordam a questão da exclusão social no ensino superior brasileiro, enfocando uma das modalidades de exclusão que ocorre no momento do acesso à universidade. O instrumento de aferição adotado é o relatório sócio-econômico dos alunos inscritos nos vestibulares da UFPR nos anos de 2002 e 2003. Os dados analisados mostram aspectos cruéis da exclusão, por razões de carência econômica, e de maneira geral denunciam a triste deterioração do ensino público no país. As discussões sobre reforma universitária não podem se passar sem levar em conta o tema da inclusão social e as práticas de exclusão. O artigo de **Ana Maria Mônica Machado de Oliveira, Lina Cardoso Nunes e Vera Maria Medina Simonetti** apresenta algumas reflexões a respeito da implementação do projeto de avaliação institucional da Universidade Estácio de Sá. O artigo relata o trabalho desenvolvido pelas comissões de avaliação desde 1997, descreve os procedimentos metodológicos utilizados, bem como apresenta vários resultados do processo avaliativo. Em especial, o artigo mostra a importância da função formativa da avaliação institucional para uma instituição privada. **Nelson Cardoso do Amaral** estuda a imposição de restrições orçamentárias às IFES, levada a cabo pelos governos nos últimos anos. Acompanhadas de uma campanha difamatória das instituições públicas, foram efetivadas medidas de redução dos recursos financeiros, diminuição do número de professores, ao mesmo tempo em que se elevou o número de alunos. Este estudo calcula o custo do aluno das IFES e mostra sua evolução no período 1995-2001, quando as mudanças se aprofundaram, e discute o resultado sob a ótica do eficientismo. Como é sabido, orçamento e autonomia de gestão são questões fundamentais para a universidade pública e devem ser temas centrais em qualquer reforma universitária. O leitor tem em mãos, portanto, mais um número da revista *Avaliação* que trata de assuntos da maior atualidade: reforma universitária, educação superior e globalização, bem público X comércio educacional, direito social X benefício privado, projeto nacional X capital transnacional, avaliação institucional, paradigmas de avaliação, inclusão X exclusão social, orçamento e tantos outros temas de grande importância. Boa leitura.

José Dias Sobrinho - editor